

Roque Juan Carrasco Aquino
Fermín Carreño Meléndez
David Iglesias Piña
(Coordinadores)

LAS DETERMINACIONES TERRITORIALES
Y EL DISCURSO DE LA
“SUSTENTABILIDAD”

Atena
Editora
Año 2022

Roque Juan Carrasco Aquino
Fermín Carreño Meléndez
David Iglesias Piña
(Coordinadores)

LAS DETERMINACIONES TERRITORIALES
Y EL DISCURSO DE LA
“SUSTENTABILIDAD”

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Las determinaciones territoriales y el discurso de la sustentabilidad

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Roque Juan Carrasco Aquino
Fermín Carreño Meléndez
David Iglesias Piña

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D479 Las determinaciones territoriales y el discurso de la sustentabilidad / Organizadores Roque Juan Carrasco Aquino, Fermín Carreño Meléndez, David Iglesias Piña – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acceso: World Wide Web

Inclui bibliografía

ISBN 978-65-258-0520-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.207220109>

1. Sustentabilidad. 2. Territoriales. I. Aquino, Roque Juan Carrasco (Organizador). II. Meléndez, Fermín Carreño (Organizador). III. Piña, David Iglesias (Organizador). IV. Título.

CDD 363.7

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



PRÓLOGO

El territorio como pieza importante en un contexto de transformación; está determinado por la sociedad. Conscientes de la construcción social de los espacios físico-espaciales, basados correlativamente de sus interrelaciones sociales, económicas, políticas, espaciales, culturales y socioambientales expresan sus dinámicas en la apropiación desigual. Este es el territorio constituido por las fuerzas socioeconómicas en concomitancia a partir de un proceso en construcción dinámico. Históricamente es un “soporte material” construido por las fuerzas sociales existentes en las comunidades.

En este escenario de luchas, apropiaciones y despojo por parte del capital en su tendencia hacia mayor acumulación, los territorios con más dinanismos de apropiación por la vía estructuran el territorio sobre la base en lo jurídico-político como instancia que el Estado y las relaciones dominantes permiten su privatización. De manera que, en los términos de un objeto pensado como una mercancía en los espacios de la especulación; el territorio del presente es un objeto inanimado que por su esencia misma es más por lo físico-espacial, es una concentración de elementos depositados de manera natural entre factores de atracción por el capital. De esta manera, lo que vemos como territorio geográfico es una apariencia formalizada por la concepción mercantilizada. No obstante, en la esencia misma del territorio sus propiedades sustanciales concentradoras de materias primas: minerales, energéticos, agua, en suma, la biodiversidad, es el alma de cada comunidad en disputa.

Por ello, las luchas comunitarias pro la defensa de sus recursos se vuelve un botín para el capital. Las comunidades del presente tienden hacia movilizaciones constantes; buscan defender sus herencias culturales, étnicas; así como propiedades físico naturales y las interrelaciones tangibles e intangibles proporcionadas socialmente y otorgadas por la naturaleza en constante transformación. Bajo esta perspectiva, es importante destacar tres elementos que denotan la defensa de sus propiedades naturales y humanas: primero, la naturaleza como elemento fundamental proveedora del soporte material entregado a la sociedad como valor de uso.

En este sentido, Instancia aún perseverante para las comunidades en su autodeterminación socialmente incluyente. Segundo, las determinaciones materiales, en tanto manifestaciones hechas por la acumulación capitalista, se interrelaciona sobre el territorio y sus especificidades; por supuesto, están en procesos de expropiación por el capital; en tanto, es un retroceso de parte de las comunidades; de modo que, de continuar despojándose por la invasión extranjera en lo fundamental, provocarán un agotamiento de los recursos y el desplazamiento de los habitantes; por ello, la autodefensa del territorio y sus

recursos serán vitales en estos momentos y; tercero, sobre la base de la mercantilización de los espacios con abundante agua, minerales, energéticos y biodiversidad, ahora, con un salto cuantitativo de un valor de uso dotada por la naturaleza, convertido en valor de cambio para el mercado especulativo de materias primas. Por ello, es importante delimitar hasta donde se puede hablar de un territorio socialmente para las comunidades y su defensa por ellas mismas.

En estas condiciones, no basta con defender teóricamente las vicisitudes de los territorios constituidos socialmente; sino de qué forma deben ser instrumentos de reproducción socialmente sin imponer la hegemonía del capital para su acumulación diferenciada. Ese es el reto de las investigaciones de momento. Asimismo, se convierten y tomen un papel activo en plantear alternativas. Estas demandas sociales deben retomarse porque a partir de la academia se retomen. De esta manera, estas y otras formas de interiorizar cada problema, se buscarán precisar herramientas metodológicas que deben ser los instrumentales de la sociedad y/o de las comunidades en la autodefensa y autogestión incorporando a las generaciones venideras y, desde luego, para el presente. De esta manera, la idea de la sustentabilidad para la autodefensa de los recursos naturales y humanos van más allá de la simple defensa del espacio físico; sin la inclusión y la teorización del sujeto en invariable movimiento, las comunidades serán siempre vistas como espacios del mercado y un instrumento de reproducción mercantilizado. Por ello, tanto el territorio como la sustentabilidad están en un mismo escenario de contradicciones y con posibilidades de retroceder los procesos de preservación para las comunidades.

Ciudad de México, invierno de 2021.

Hena Andrés Calderón

Docente e investigadora del ESIME-Ticomán del IPN

INTRODUCCIÓN

Las tendencias actuales sobre la comprensión del territorio y sus vicisitudes, es una premisa necesaria para analizar. Las formas de apropiación, del despojo, de su privatización, así como de su gestión por parte de las comunidades, están cada vez más en disputas y en transición hacia nuevas formas de posesión. De manera que., el territorio en estos momentos presenta variabilidades de sus procesos en desarrollo o de sus expresiones como un soporte material para la reproducción de la sociedad, del capital, de las interrelaciones socioambientales y de la preservación de los recursos naturales y humanos; desde luego de forma diferenciada. El territorio entonces es al mismo tiempo un sustrato de la sociedad, pero, de la misma manera, es una entidad necesaria para la reproducción del capital y de la sociedad. No obstante, consideramos que, el capital se apropia de los recursos en detrimento de las necesidades de la sociedad.

De este modo, a la sazón, el presente volumen intentará plantear algunas ideas sobre el porqué el territorio y sus manifestaciones físico-geográficos presentan contradicciones que lo determinan como un elemento importante del presente. No solamente para las comunidades, sino para los distintos agentes socioeconómicos que intervienen en su quehacer cotidiano. Más que de las aparentes expresiones las inversiones privadas se dirigen hacia los recursos matules que almacena en su superficie como en el subsuelo. De modo que, la riqueza del territorio no es solo un factor físico o geográfico, sino, su valor está en su contenedor de materias primas necesarias para la acumulación capitalista. Esas es la verdadera esencia del territorio y no exclusivamente para vivirla o el sueño de tener un espacio de reproducción.

Los trabajos aquí expuestos son parte de un proceso de caracterización de las fases en transición territorial como de las interrelaciones entre campo y ciudad. Sobre todo, lo que hoy día se vive en las ciudades y sus tendencias de crecimiento y no de su desarrollo. Planteamos esta visión de las vicisitudes en cuanto a la segregación de las metrópolis como de sus espacios en transformación. Por supuesto, obliga a analizar sus determinaciones socioespaciales. De esta manera entonces, el territorio y sus manifestaciones concretas en su territorialidad hechas por un desdoblamiento de sus especificidades, conducen necesariamente a estudiar el pasado, su presente y alcanza r posibilidades de compersión hacia un futuro a un mediano plazo. Es por ello por lo que, la dirección que lleva el ámbito físico-geográfico de cada lugar, consolida el desarrollo histórico de cada sociedad; así como de su estructura económica, política, social, espacial, cultural e ideológico en periodos determinados en cada acción y traza conformada por los regímenes de la clase política. Es

esta la que en función de los convenios entre el capital y la especulación territorial los que imponen precios a los usos del suelo.

En este volumen hemos compilado investigaciones de carácter analíticos con la finalidad de mantener una visión de las tendencias del territorio y sus dinámicas de conformación. En este sentido, el primer capítulo expone de manera inductiva basado en su expresión titulado “**procesos espaciales del territorio y las especificidades socioambientales en las ciudades**”. “En las primeras décadas del siglo pasado se marcaron territorialmente algunas redefiniciones sobre las trasformaciones en los usos del suelo. Estas modificaciones se expresaron fundamentalmente en relación con cada espacio dentro de las ciudades. En las grandes y medianas ciudades del México, observamos cómo sus dinámicas entre lo rural y lo urbano, afloran constantemente una serie de fenómenos sociales, económicos, políticos, culturales y espaciales provocando cambios en el territorio manifestados históricamente; por lo cual encontramos realidades diferenciadas. Este es el caso de las ciudades latinoamericanas que expresan sus formas y dinámicas de apropiaciones y de emplazamientos sobre terrenos públicos y/o privados”. Nos presenta las pautas para comprender hacia dónde se dirigen las nuevas formas de constitución del territorio en el contexto de la sustentabilidad en el marco de la insustentabilidad. Es un punto de partida que nos aproxima a entender cada proceso territorial y la concatenación de recapitulaciones existentes en su reproducción como mecanismo socialmente determinado por la sociedad.

De este modo, en el segundo capítulo: “**Los retos de la sustentabilidad y el discurso como ideología del ambientalismo**” se plantea por parte de los autores que, “la construcción de los retos de la sustentabilidad en el marco del discurso ideológico del ambientalismo propuesta esencial del libro que nos ocupa, tiene como punto de partida exponer y esclarecer las leyes que rigen el modo de producción de una economía de mercado capitalista en el marco del materialismo histórico. Así mismo, conlleva las múltiples dificultades y serios conflictos de organización de la sustentabilidad que tiene la humanidad en la actualidad, tanto de índole regional como a nivel planetario”. Se interioriza cada expresión de sus contradicciones en el mercado especulativo socioespacial. De este modo entonces, se indaga en sus estudios la lógica del capitalismo en el proceso de apropiación del territorio.

No obstante, para el tercer capítulo de este volumen se expone un análisis histórico de la economía centroamericana y sus estructuras productivas, es decir, desde la época colonial hasta las postrimerías de la aplicación de las políticas neoliberales en América Latina. En esta tesitura de hechos el título que expone a partir de un desarrollo comparando las vicisitudes Centro América nos delinean elementos importantes en este

escenario territorial: “La forma que asume contemporáneamente la organización espacial en América Central y México como una red de nodos, zonas económicamente activas y vínculos espaciales representa un ejemplo de un largo proceso de la expansión de actividades económicas y de la población hacia las tierras con abundantes recursos y posibilidades. Naturalmente, la estructura espacial de la economía actual está influenciada además por la globalización, con una creciente competencia por el acceso a los recursos (ya sean minerales, paisajistas, culturales o agrícolas)”. Sobre este proceso importante de las actividades socioeconómicas: de modo que, el territorio es una expresión dinámica de las relaciones sociales de reproducción. Por ello, es imprescindible retomar parte de los acontecimientos históricos concatenados con la dialéctica de la objetividad socioeconómica con las que emergen las transformaciones territoriales. En tanto, el desarrollo como formas en transición constantes de cada sociedad.

En cuanto al capítulo cuarto de esta compilación, fue necesario interrelacionar acontecimientos recientes y hechos manifiestos en la cotidianidad recientes. Lo que implica retomar las preocupaciones que exterioriza la sociedad, sus vínculos, sus vivencias y las vicisitudes socio ambientales en el periodo reciente. De modo entonces, al territorio considerado como la construcción es una determinación de tres fuentes importantes a saber: primero, como una expresión histórica que presenta sus propias contradicciones; incluso, van más allá de lo físico-espacial; es una manera de vivir, compartir, transformar y segmentar los territorios. Esto puede significar una lógica de manifestaciones coyunturales; por ello, decimos, la realidad en cuanto es el todo; más que sus partes de la totalidad son ellas en concatenación de la unicidad; segundo, lo que hoy vivimos en estos tiempos del presente, son argumentaciones diferenciadas lo que impone el actual modelo de desarrollo basado en la sobreexplotación de la naturaleza, los recursos o materias primas en cuanto a energéticos como el consumo ingente de residuos fósiles. Por ello, deseamos caracterizar sus elementos y; tercero, comprendemos que, el presente vivencial de la sociedad ha sido trastocado por el virus del SARS-CoV-2 (COVID-19). En el presente es la pandemia que azota el mundo y sus impactos negativos han afectado a aún más a las grandes mayorías de los pueblos. De esta manera, no estamos ausentes de lo que está sucediendo con la salud y de los fenómenos socioambientales en el territorio. Incorporamos un análisis pormenorizado de una visión interesante con el título: “Los retos en la gestión del suministro de agua potable en la Zona Metropolitana del Valle de México en tiempos de COVID-19”. Basado en el estudio que, “A fines del año 2019, surgió la enfermedad respiratoria aguda de la COVID-19. Por esta razón, es menester contar con un suministro de agua potable y asegurar el saneamiento porque las prácticas de higiene coadyuvan a la prevención de la transmisión de esta enfermedad (World Health Organization, 2020 b). La COVID-19 está

acentuando las desigualdades, las dificultades y los riesgos para la salud que implican un fracaso colectivo en la defensa del derecho humano al agua y al saneamiento. En muchas comunidades de todo el mundo, la falta de suministro de agua y saneamiento priva a las personas de sus protecciones más básicas contra la propagación del virus (Sadoff & Smith, 2020). Demuestra entonces una aportación de los autores para identificar que, el territorio es moldeable a la realidad global.

El capítulo cinco de este libro, fue necesario retomar algunas ideas entorno a qué hacer con el territorio devastado, segregado, privatizado y desestructurado por parte del capital financiero, bancario, inmobiliario en lo fundamental. He ahí, la importancia que reviste la idea de la planificación del territorio, sus dinámicas frente a la realidad estructurada sobre la base de la acumulación del capital. Sin embargo, no ha permitido enfocar una alternativa sobre la base de reivindicar a los protagonistas de las ciudades, de las metrópolis y de la sociedad en su conjunto para retomar su papel histórico. En este sentido de consumir y reconstruir el territorio por la sociedad y sus formas de reproducción. De este modo entonces, tenemos en este capítulo la “Planeación territorial y desarrollo regional en el sureste de México”. Se enfocan los estudios hacia el sureste de México; basado en las demandas de la sociedad y los pueblos carentes de todo proceso de la llamada “modernidad”. De manera que, son pueblos necesarios para integrarse para el análisis y de sus interrelaciones en el mundo de las cosmovisiones culturales, económicos, políticas, espaciales e ideológicas.

Una tendencia a las convulsiones emergentes en los territorios; es decir, como un proceso intenso de vertientes socioespaciales; además, de complejos necesita de la participación social, incluyendo las perspectivas comunitarias. Sobre esta tendencia, es imprescindible la inclusión de las comunidades para intervenir en la toma de decisiones y reconstruir su reproducción. Al tiempo, cabe mencionar en este capítulo que se presenta como un puente necesario para la comprensión de la planificación, las transformaciones socioespaciales y las vicisitudes enfrentadas por parte de los pueblos. De manera explícita se plantea esta idea: “El desarrollo de las regiones está intrínsecamente ligado a los cometidos esenciales de la planeación territorial que implica la mejora de las condiciones sociales y ambientales de sus habitantes, sin embargo, si no se traduce en realidades concretas requiere de su revisión crítica a partir de las contradicciones del proceso de urbanización y modernización capitalista de las diferentes formaciones sociales entre lo rural, urbano y metropolitano. Desigualdad estructural al modelo imperante basado en los contrastes entre regiones, donde unas se benefician a costa de precarizar a otras. En México la relación de planeación y desarrollo se manifiesta con esta disparidad interregional e intrarregional en condiciones de vida, deterioro y depredación de los recursos naturales

con el modelo imperante fosilista, que no solo aleja la posibilidad de alcanzar los objetivos del desarrollo con esta vertiente, sino que pone en serio riesgo los límites de la estabilidad social y acerca a un irreversible peligro de desaparición de los ecosistemas con graves consecuencias”. Un esbozo de aproximación considerando como el reto de la planificación y su correlación en lo social, político, económicos, espacial, cultural e ideológico. Es por lo que, la discusión del presente en este escenario queda abierta a posibles incursiones necesarias en la actualidad.

Ciudad de México, verano de 2021.

Roque Juan Carrasco Aquino

Fermín Carreño Meléndez

Hena Andrés Calderón

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

PROCESOS ESPACIALES DEL TERRITORIO Y LAS ESPECIFICIDADES SOCIOAMBIENTALES EN LAS CIUDADES

Roque Juan Carrasco Aquino

Hena Andrés Calderón

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2072201091>


CAPÍTULO 2..... 31

LA SUSTENTABILIDAD URBANA

Fermín Carreño Meléndez

David Iglesias Piña

Luis Alberto Olin Fabela

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2072201092>


CAPÍTULO 3..... 74

LOS RETOS DE LA SUSTENTABILIDAD Y EL DISCURSO COMO IDEOLOGÍA DEL AMBIENTALISMO

ENLACE DE LA ECONOMÍA POLÍTICA CON LAS CIENCIAS SOCIALES, NATURALES, EL AMBIENTALISMO Y LA ACADEMIA

Rubén Cantú Chapa

Ydelio Miguel Valencia Ortega


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2072201093>

CAPÍTULO 4..... 93

ASPECTOS HISTÓRICO-ESPACIALES DE LA FORMACIÓN DEL MODELO DE LA EXPANSIÓN ECONÓMICO-SOCIAL. EL CASO DE MÉXICO Y AMÉRICA CENTRAL

Mirosława Czerny


Andrzej Czerny

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2072201094>

CAPÍTULO 5..... 117

LOS RETOS EN LA GESTIÓN DEL SUMINISTRO DE AGUA POTABLE EN LA ZONA METROPOLITANA DEL VALLE DE MÉXICO EN TIEMPOS DE COVID-19


Jorge Alejandro Silva Rodríguez de San Miguel

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2072201095>

CAPÍTULO 6..... 135

PLANEACIÓN TERRITORIAL Y DESARROLLO REGIONAL EN EL SURESTE DE MÉXICO

Javier Pérez Corona

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2072201096>

SOBRE LOS COODINADORES 156

LOS RETOS DE LA SUSTENTABILIDAD Y EL DISCURSO COMO IDEOLOGÍA DEL AMBIENTALISMO

Enlace de la Economía Política con las ciencias sociales, naturales, el ambientalismo y la academia

Data de aceite: 04/08/2022

Rubén Cantú Chapa

Ydelio Miguel Valencia Ortega

RESUMEN: La construcción de los retos de la sustentabilidad en el marco del discurso ideológico del ambientalismo propuesta esencial del libro que nos ocupa, tiene como punto de partida exponer y esclarecer las leyes que rigen el modo de producción de una economía de mercado capitalista en el marco del materialismo histórico. Así mismo, conlleva las múltiples dificultades y serios conflictos de organización de la sustentabilidad que tiene la humanidad en la actualidad, tanto de índole regional como a nivel planetario. En las reflexiones para la alternativa al que le podemos denominar post-capitalista atañe su vínculo con la Economía Política en tanto esta disciplina del conocimiento aborde la propuesta y problemática entre el capital y el trabajo, análisis requeridos para el cambio social y enseñanza necesaria que debe tener un papel preponderante en la educación ambiental. Los estudios alternativos para el futuro de la humanidad del planeta Tierra, que competen con rigor a las instituciones de estudios superiores y en particular a los centros de investigación, tienen una función importante, tanto para los científicos en las disciplinas de las ciencias sociales, quizá con mayor compromiso en la tarea de la edificación de una sociedad más

avanzada que la presente en mutación, como los dedicados a las ciencias naturales y físicas, dada la complejidad interdisciplinaria de una realidad en el que actúan las fuerzas productivas como motor y/o factor del cambio social. La propuesta del necesario conocimiento de la Economía Política emerge ante la omisión, o la poca atención en la enseñanza y dilucidación de esta disciplina en las ciencias sociales de los niveles medios, superiores y posgrado, con excepción de una determinada cantidad escuelas superiores y posgrado de Economía. El poco interés por esclarecer el funcionamiento de una economía de mercado en la propuesta de sustentabilidad, a partir de las leyes fundamentales del modo de producción capitalista, propició que su ausencia en el ámbito académico no se explica lo relacionado con las contradicciones sociales y los diversos niveles de las crisis nacionales e internacionales en el curso de la historia y particularmente en la etapa actual neoliberal.

PALABRAS CLAVE: Sustentabilidad, Economía Política, Leyes Fundamentales, Acumulación, Tasa de ganancia.

PREMISAS DE PARTIDA

Los acontecimientos en la sociedad contemporánea con el recrudescimiento de la depredación tanto de la naturaleza físico territorial, flora y fauna, como la devastación de la naturaleza humana tienen como raíces la ausencia, de la posibilidad de otra nación como

necesario cambio, esto es, la alternativa de una sociedad pos-capitalista con mejores condiciones de vida. Las máximas expresiones de las destrucciones de la naturaleza incluyendo la aniquilación de la naturaleza humana, sucedieron con las dos Guerras Mundiales y los numerosos conflictos locales y regionales posteriores en la segunda mitad del siglo XX y lo que va del presente XXI, en todo el planeta Tierra.

No basta con entender las dos Leyes fundamentales del modo de producción capitalista ausentes en la enseñanza de los diversos niveles académicos, como son: la Ley de la Acumulación de Capital y la Ley Tendencial de la Caída de la Tasa de Ganancia (“Aunque discutir dichos diagnósticos es más necesario que nunca”, nos plantea la Convocatoria del Libro), si no se realizan proyectos en los que se incluyan las necesidades más sentidas de la población. Esto es, la necesaria incursión de la organización y los movimientos ciudadanos de los sectores y clases sociales existentes en aras de mejorar sus condiciones de vida. Resarcir la baja de la tasa de ganancia con el desempleo, mediante el fenómeno universalizado de despido de trabajadores, como mecanismo que contrarreste el descenso de la tasa de ganancia, es la forma como lo determina la composición orgánica del capital. Este fenómeno que visualiza la Economía Política lanza la crisis estructural del capitalismo a los retos de la sustentabilidad, que entró en la debacle a la necesaria propuesta post-capitalista, antesala a un modo de producción superior visualizado por los clásicos de la economía política de mediados del siglo XIX relacionados con la sociedad histórica con vastos desafíos.

Los egresados profesionales de las diversas disciplinas del conocimiento participan en el proceso productivo sin tener presente la forma como la empresa del sector industrial, comercial y demás instituciones de servicios, desemplea periódicamente a numerosos trabajadores sin conocer las causas reales de los despidos, o la disminución constante de los sueldos y salarios en detrimento de las condiciones de vida del personal laboral y sólo en beneficio de la plusvalía para el capital, obligados por la economía de competencia,. Tampoco se visualizan los nexos de las disciplinas del conocimiento de la Economía Política con los problemas del desarrollo social o del entorno e impacto que conlleva la complejidad de la enseñanza en el cambio social necesario en la actualidad.

Otros casos recientes que expresan la oposición al capitalismo y su crisis estructural en el marco de la sustentabilidad son las decisiones oficiales, desafortunadas, de gobernanza, que coadyuva al actual sistema a una crisis mayor, difícil de resolver, amén de indicadores hacia una etapa superior vía hacia el post-capitalismo. Los sucesos, como caso preocupante, de la Rivera Nayarit en México, brotan como hitos la aparición de necesaria y nueva formación social sociedad ante la mutación del modo de producción actual incapaz de la sustentabilidad social, política, económica y cultural. El suceso de esta zona del país

mostró un número considerable de conflictos sociales, opuestas a las decisiones oficiales de gobernanza como los suscitados en la región de la Rivera Nayarit presentado con caso de “Conflictos Sociales Amenazan Proyectos de Energía en México”¹, debido a la falta de consulta a las comunidades y la mala conducción de evaluaciones de impactos sociales (Cerca de 110 proyectos de infraestructura en el país se encuentran en riesgo por conflictos sociales; de estos, al menos 54 son del sector energéticos y 31 son producto de la reforma energética, de acuerdo con una investigación de (periódico) El Economista).

El papel de la enseñanza de disciplinas multi e interdisciplinaria en el que se incluya la Economía Política, es clave para el cambio social, requeridos para otro nuevo modo de producción que supere la severa crisis por el que atraviesa el actual ya generalizado en el planeta Tierra, pues existen las formas para contrarrestar los impactos de las leyes fundamentales del capitalismo que no sea el desempleo traducido en los cinturones de miseria alrededor de las ciudades y metrópolis en una vasta cantidad de países.

LA ALTERNATIVA POS-CAPITALISTA ATAÑE A LA ECONOMÍA POLÍTICA

La señal de partida para la propuesta de una sociedad post-capitalista atañe a la Economía Política en tanto dilucide el carácter, origen y desenvolvimiento del modo de producción imperante, ahora en progresiva crisis estructural. No sin dejar de lado el enlace complejo con otras disciplinas del conocimiento, que mutaron la esencia de origen en el desenvolvimiento de la economía de libre mercado y las leyes que la rigen en el curso contemporáneo de los últimos siglos.

Un organismo particularmente de índole social no puede surgir si no lleva consigo mismo en su nacimiento la parte contradictoria para su desarrollo. El capital como las formaciones sociales que le antecedieron apareció con su opuesto para su desenvolvimiento, esto es, el trabajador, sin el cual no podría seguir su proceso como modo de producción capitalista, aunado en su advenimiento a la actividad allende sus fronteras, esto es, a la internacionalización y extensión productiva del capital, por decir lo menos. El capital por sí mismo no puede crear valor si no participa el obrero quien con su fuerza de trabajo genera y realiza el valor en el proceso de producción. Los medios e instrumentos de producción sin la mano de obra no generan los bienes materiales de consumo o de capital por sí mismo para la existencia del modo de producción capitalista.

Emerge la fase dialéctica de unidad y lucha de contrarios en el proceso productivo como sucedió en las formaciones pre-capitalistas (los esclavos y libres como quirritarios posteriores a las comunidades primitivas; luego los señores feudales, los vasallos, los

1. <http://rivieranayaritone.blogspot.mx/2017/07/conflictos-sociales-amenazan-proyectos.html>

maestros y los oficiales). En la etapa contemporánea aparecen los burgueses y proletarios recientes sin las cuales no podía brotar el capital en sus diversas formas de crecimiento como se visualiza en el mapa mundial existente. Esa unidad y lucha de contrarios, ley fundamental de desarrollo, se da en la naturaleza y el pensamiento, amén de la evolución histórica propia de la sociedad. Sin embargo, en la vida social, cuando se rompe la convivencia o el “contrato social” en la actividad productiva, brota el conflicto. Esto es, “en una fase determinada de su desarrollo, las fuerzas productivas de la sociedad entran en contradicción con las relaciones de producción existentes [...] estas relaciones se convierten en trabas de estas fuerzas [...] se abre una época de revolución social. El cambio que se ha producido en la base económica trastorna más o menos, lento o rápidamente toda la colosal superestructura” (Marx, 1974: pág. 12)²

En los últimos siglos (del XVIII a la fecha) la contradicción entre el capital y el trabajo ha llegado a límites jamás visto, aún más allá de las Guerras Mundiales del siglo XX pasado, con extensiones posteriores en los conflictos locales y regionales en el planeta Tierra. La propuesta lanzada a mediados del siglo XIX por el Manifiesto del Partido Comunista de Marx y Engels: “La historia de la humanidad es la historia de la lucha de clases”, ahora involucra, recientemente su extensión, al espacio donde tiene lugar la contradicción de las relaciones sociales, esto es, comprende al medio natural y físico, e implica a la naturaleza. La historia se extiende cuando las hostilidades se articulan hacia el medio natural, que hoy preocupa a nivel global, pero también a la devastación de la naturaleza humana. El ser humano es también naturaleza, pues surge de ella.

Acudimos, por tanto, a plantear la propuesta de un post-capitalismo como carta de defunción del capitalismo comercial y luego industrial, este, de más de tres siglos de existencia, que puso en tensión una y otra vez a toda la humanidad, y, a todas las naciones del mundo con excesos que aún no terminan. Los diversos ensayos de vías socialistas desde la Revolución de octubre de 1917 tuvieron que regresar a la economía de mercado dando paso a la ley de la acumulación de capital, que, aunque dirigidas y vigiladas por el Estado, como los casos de China, Vietnam, Cuba, Federación Rusa, pueden resarcir la caída de la tasa de ganancia ampliando la economía de escala y/o aglomeración, para evitar la crisis, y el desempleo mediante mecanismo de planeación económica y social.

Postergar las formas capitalistas de producción en la medida que la teoría del valor preexiste, toda vez que genera plusvalor en las mercancías en vías de socializar la producción es tanto como la socializar los beneficios con una distribución racional y organizada del valor generado, esto es, hacia la posterior socialización de la ganancia. Por otro lado, se visualiza la alternativa de dar paso a “otro mundo es posible”, ya en boga como

2. Carlos Marx, *Contribución a la crítica de la economía política*, Ediciones de cultura popular, 5ª edición, México

proclama en sectores y clases sociales en no pocos lugares del mundo, y que aún no tiene varias décadas de su planteamiento.

Pero ¿por qué emerge la alternativa del post-capitalismo? ¿de dónde y cómo aparece esta vía posible de desarrollo, al que se añade el entorno ambientalista como emergencia contemporánea al nivel mundial?

La propuesta y los diversos ensayos relacionados con el socialismo surgidos de la primera gran ruptura del capitalismo con la 1ª Guerra Mundial, el mundo capitalista fue dividido con la aparición de la Unión Soviética en el escenario internacional, fueron alternativas severamente atacadas desde su nacimiento y más aún durante la 2ª Guerra Mundial. La “guerra fría” luego, y las posteriores guerras locales y/o regionales de liberación nacional acaecidas en Corea, Vietnam, Medio Oriente, y las distintas luchas emancipadoras en todos los continentes del Planeta Tierra, pacíficas unas, violentas otras, marcan horizontes que demandan alternativas para una sociedad urgida de mejores condiciones de vida.

En el marco de conflictos en esencia anticapitalista, que aún persiste, las leyes del desarrollo del capitalismo hacen vigente la obra clásica de la Economía Política de Carlos Marx y Federico Engels, El Capital. No sin la pléyade de investigadores sociales que surgieron con vastas aportaciones que no sólo fueron intérpretes de la realidad, sino que contribuyeron al cambio social con un sinnúmero de dificultades que aún persisten, como los problemas contemporáneos del medio ambiente. Sin embargo, la ausencia en el medio académico de la disciplina de la Economía Política, sin soslayar las leyes fundamentales que rigen la economía de mercado en el ámbito de las ciencias sociales, trae como resultado emprender la propuesta de un post-capitalismo con la perspectiva de mejorar horizontes de vida que el capitalismo no pudo solventar. Un post-capitalismo sin el significado de grandeza de un modo de producción, ahora en la debacle, plantea la superación del anterior en tanto se demande la existencia histórica del socialismo científico pregonado durante el siglo XIX, más que como utopía, como la posibilidad real de otra alternativa.

LA SUPERPOBLACIÓN RELATIVA EN EL ÁMBITO URBANO

La ausencia de la Economía Política en los problemas del urbanismo como en otras disciplinas del conocimiento de las ciencias sociales soslaya la explicación objetiva de los problemas urbanos y en si del ambiente sociourbano tanto como del paisaje de las metrópolis que va más allá de la visual física de los asentamientos humanos. La articulación de la Economía Política con los problemas del urbanismo, como es la peri-urbanización

metropolitana, resulta porque la sobrepoblación relativa que circunda la ciudad, como “hombre superfluo” del sistema es tratado por la propia Economía Política tanto de los clásicos del siglo XIX como diversos autores del siglo XX.³

El surgimiento de la superpoblación relativa, caracterizada por el desempleo y el subempleo en la ciudad y en el campo, tiene su origen en la naturaleza del sistema económico como sucesor natural de la economía de mercado; fenómeno tolerado por la administración gubernamental bajo el amparo de las políticas públicas del Estado. Con la superpoblación relativa aparece la caracterización del ambiente sociourbano en la metrópoli distinto al existente en las sociedades pre-capitalistas; esto es, emerge las condiciones de vida contradictorias en la ciudad a partir de las crisis cíclicas del trabajo asalariado enajenado. Una superpoblación derivada de la ley de la baja tendencial de la tasa de ganancia inherente al sistema capitalista, que se manifiesta con regularidad en los espacios públicos cívicos y patrimoniales de la ciudad, con frecuencia en el Centro Histórico, bien como demandas sociales más sentidas o como exigencias en el ámbito político.

La superpoblación relativa como fuerza de trabajo enajenada y/o empeñada y como mercancía, expresa su externalidad como una fase del capital variable en el proceso productivo y corre la misma suerte que los demás productos del mercado. Se rige también por la oferta y la demanda y es la ganancia la que determina en última instancia las formas de su existencia urbana o suburbana.

Cuando la tasa de ganancia lleva la tendencia hacia la baja en las múltiples unidades productivas del modo de producción capitalista, no sólo surge la superpoblación relativa que se expresa mediante la crisis del trabajo materializado con el desempleo, también impacta tanto en la magnitud y el crecimiento físico espacial desordenado de la ciudad como en el ambiente sociourbano. Esto es, **la caída tendencial de la ganancia, la enajenación del trabajo en el marco y con el sustento en las políticas públicas, determinan las características y la expansión del uso del suelo de la ciudad, así como las condiciones sociales de vida ciudadana como ambiente sociourbano**; así mismo, deja su estela en la organización territorial de la población, como sucede con los distintos niveles en la calidad de la urbanización. Por un lado, aparece la pobreza de la vivienda caracterizada por la autoconstrucción; por el otro, emergen los conjuntos residenciales signando los altos ingresos económicos en sectores determinados de la población. Con esto, surge el desenvolvimiento socio ambiental de la metrópoli y su región como expresión material de una de las determinaciones del sistema de competencia constituido por la

3. La siguiente exposición, gran parte de su contenido, fue publicada por el autor en la Revista “Mundo Siglo XXI”, May – Agosto, 2013, CIECAS-IPN, ISSN 1870-2872, Núm. 29, Vol. VIII, 2013, pp. 85-99

naturaleza de las leyes del mercado.

En el ensanchamiento de la ciudad denominado “proceso de urbanización”, resultado de la industrialización y de la actividad terciaria de la economía, aparece con ese crecimiento urbano, tanto la superpoblación relativa como la “relativa población” beneficiada con la composición orgánica del capital en los términos de la acumulación del capital en nuestro país y en no pocas naciones “en vías del desarrollo”. La ciudad del capital lo es del capital constante como del capital variable; urbaniza el capital inmobiliario por un lado y por el otro la autoconstrucción del capital variable que representan los trabajadores. El proceso de urbanización sin las condiciones de vida suficientes y una racionalidad de equidad en la distribución de la riqueza generada, no es más que la expresión material de la caída tendencial de la ganancia de la industrialización, aunada al proceso de tercerización de la economía en el ámbito del desempleo y subempleo.

La tendencia a la baja de la tasa de ganancia inherente a toda empresa determinada por las leyes del mercado en la esfera del sistema imperante trae como resultado la aparición y dimensión de más fenómenos sociales de la superpoblación relativa. De esta superpoblación se derivan en mayor o menor grado, tanto la descomposición social que sigue diversas formas de expresión y que asuela a la sociedad en su conjunto, como la creciente y desordenada urbanización del territorio, así como el entorno sociourbano en la ciudad, que tienen su origen en los vastos problemas sociales, políticos, económicos y culturales. Los resultados más severos de la descomposición social que presenta la superpoblación relativa es la depredación humana cuando se involucra en la economía criminal. En nuestro país, la violencia en este medio ha dejado una huella inédita de víctimas al terminar la primera década del siglo XXI y que aún continúa en los siguientes años. Las ganancias para quienes están detrás de esa economía criminal superan todo tipo de rentabilidad en las inversiones productivas y/o improductivas en la economía globalizada como nunca. La enajenación del trabajo se vuelve sobreexplotada, insegura y de una violencia que supera las anteriores expoliaciones de la naturaleza humana y del medio natural, que ambos configurados en el medio ambiente sufren una depredación contemporánea inédita.⁴

Las mismas causas que originan la superpoblación relativa, esto es, la que resulta del proceso de competencia que promueve el incremento de nuevas tecnologías y el aumento del equipamiento industrial, pero excluyentes de mano de obra, van en paralelo

4. Rubén Cantú Chapa, *Centro Histórico, ciudad de México, medio ambiente sociourbano*, Plaza y Valdés, México, 2000. “Separados los conceptos *medio* y *ambiente*, se pueden aplicar al aspecto ecológico y a la naturaleza. Unidos ambos términos, *medio ambiente* suele llamarse y emplearse a la suma de factores y procesos sociales, económicos, políticos y culturales en relación con el ser social. *Medio Ambiente* no sólo es la suma de todas las determinaciones, sino la relación y articulación entre ellas”.

con las distintas formas de eliminación del trabajo, mediante el desempleo (sin la reposición correspondiente de nuevos empleos), o el empleo hacia la corta existencia del hombre en la economía criminal. De manera similar sucede con la sobreproducción de mercancías, origen de la crisis del sistema económico, una crisis inherente a este modo de producción que la resuelven con nuevas formas de acumulación y la consecuente destrucción de vastas fuerzas productivas.

La mano de obra-mercancía, desempleada y sub-empleada, tiene el mismo destino que los demás artículos de consumo y bienes de capital sobre-producidos en el capitalismo, esto es, forma parte del fenómeno de las crisis de sobreproducción consustancial al sistema. La crisis que surgió de la sobreproducción de mercancías, no podemos dejar de recordar, llevó a dos guerras mundiales devastadoras del medio ambiente, destruyó el medio natural como también la naturaleza humana y su obra construida, esto es, el ambiente urbano y regional de la sociedad.

En la sociedad como en la naturaleza y el pensamiento, nada surge sino lleva el nacimiento de su contrario. Mientras el capital, en su aparición, acontece el fenómeno a condición de crear su contrario, que es la clase obrera, de similar forma, a la ciudad del capital también le surge el espacio socio-territorial donde reside su contraparte, esto es, la “no ciudad”. Son los suburbios habitacionales en la periferia y también al interior de la metrópoli, carentes de servicios y equipamiento urbano y de empleos, como vecindades de la “no ciudad” donde generalmente se ubica la superpoblación relativa. Pero en el desenvolvimiento de la ciudad, tanto el capital como la clase subalterna, dejan vestigios de expresiones ambientales sociourbana en los espacios y periferias de la metrópoli, por donde se establecen, habitan y circulan. Llama la atención tal ambiente sociourbano por la vasta variedad de imágenes y modo de vida que signan la ciudad y su entorno citadino, que rebasan todas las formalidades edificadas, pues no logran ir en paralelo con el diseño anticipado de la construcción de la metrópoli, ni en la vivienda, el trabajo, la circulación y el entretenimiento.

La imagen de la ciudad donde residen los sectores dirigentes del Estado y el capital es distinta a la que configuran las clases subalternas en sus formas de vivir y ocupar el espacio público y privado. La variación del paisaje urbano lo determina el “panorama” social mediante los ingresos familiares, fenómeno que se expresa en todas las formaciones sociales; más aún con la aparición de la propiedad privada y con ésta el surgimiento del espacio público. La segregación urbana es la misma segregación en lo social, una discriminación visualizada en la perspectiva urbana que corresponde a la exclusión social expresada de igual forma en el espacio público.



Vivienda en la zona norte del Valle de México Deleg. Gustavo A. Madero y Ecatepec, Edo. de México

Fuente: www.imagenesaereasdemexico.com

Consultado: mayo 2012



Vivienda en la zona sur-poniente del Valle de México, Zona Santa Fe, vivienda, co mercios y serv. urbanos

Fuente: www.imagenesaereasdemexico.com

Consultado: mayo 2012

LA BAJA DE LA TASA DE GANANCIA Y LA SUPERPOBLACIÓN RELATIVA

Pero ¿cómo aparece la superpoblación relativa? La superpoblación relativa se relaciona de manera ineludible con la particularidad macroeconómica del sistema productivo, esto es, debido a la tendencia a la baja de la tasa de ganancia, como la “génesis inseparable del desarrollo de las fuerzas productivas del trabajo”,⁵ ley natural del capitalismo. Si las causas que contrarrestan dicha tendencia permiten prolongar su existencia, como son: “la apropiación del plus trabajo y del plus valor debido a la prolongación de la jornada laboral y de la intensificación del trabajo”,⁶ no así sucede para contrarrestar la aparición y crecimiento de la superpoblación relativa y con esta el proceso de **urbanización** sin condiciones de vida suficientes, como se presenta en las vecindades y en las zonas periféricas de la ciudad. La aparición de este suceso ambiental sociourbano resulta de la cada vez más elevada composición orgánica del capital en el proceso de competencia que fijan las leyes en la economía de mercado. La **urbanización de la pobreza** que circunda las ciudades se puede afirmar, es la expresión material de la ley tendencial de la baja de la tasa de ganancia, característica de las urbes latinoamericanas y también de los países llamados desarrollados, aunque quizá en una escala distinta pero presente.

En la composición orgánica del sistema operante, sucede que mientras más invierten en bienes de capital obligados por la competencia y la necesidad de adquirir nuevas tecnologías y mano de obra más especializada para tal competencia, menos necesitan

5. Carlos Marx, *El Capital*, T-III, Vol. 6, Editorial Siglo XXI, México, 1984, p. 302.

6. *Ibid*, p. 297.

de la fuerza de trabajo no especializada, bien el trabajador manual y también el empleado intelectual, proceso del sistema y la forma de “liberar” al hombre superfluo,⁷ el que ya no es útil para la empresa, ni se le puede sacar rendimiento, o en su defecto la plusvalía, para enviarla al desempleo.

La baja tendencial de la ganancia como ley del sistema económico que muestra la forma de des-empresar a la fuerza de trabajo, llamado también en términos de la economía el ejército industrial de reserva, lleva al individuo, en un porcentaje considerable, a la economía criminal. El hecho, por tanto, deriva a la descomposición social en sus diferentes expresiones, como es la delincuencia organizada, que, en nuestro país en los últimos años, ha tenido un crecimiento incesante y por demás dramático.

La tendencia a la baja de la ganancia se presenta como la ley determinada por la composición orgánica del capital. Se contrarresta con mecanismos de sobre-vivencia empresarial en el ámbito de la competencia del sistema, esto es, el capital variable que representa el capital humano y/o superpoblación relativa, sale expulsado del sistema como desempleados o sub-empleados en aras del capital constante y con ello se incrementa la acumulación de este capital.⁸

Llama la atención la forma como aparece la superpoblación relativa en la vida urbana, de tal manera que su expresión en la ciudad se materializa por su parcelación físico-espacial. Una superpoblación que la conforma el “ejército industrial de reserva” del

7. Viviane Forrester, *El horror económico*, 10ª impresión, Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires, 1997, p. 19. (“hombre superfluo”, es aquel trabajador que una vez desempleado, no vuelve a trabajar, es “desechado” por el sistema)

8. Veamos la forma como aparece la Ley de la Baja Tendencial de la Ganancia desde la composición orgánica del capital:

“Con un salario y una jornada laboral dados, un capital variable, por ejemplo, de 100, representa un número determinado de obreros puestos en movimiento: es el índice de ese número.

Sea, por ejemplo, £ 100 el salario de 100 obreros, digamos que por una semana.

($v = 100$)^o

Si esos 100 obreros efectúan tanto trabajo necesario como plus-trabajo, es decir si trabajan diariamente tanto tiempo para sí mismos o sea para la reproducción de su salario como para el capitalista esto es, para la producción de plusvalor, su producto de valor global sería = £ 200 y el plusvalor por ellos generado ascendería a £ 100.

La pv , la tasa del plusvalor sobre el valor, pv/v sería = 100 %.

Sin embargo, esa tasa del plusvalor se expresaría en tasas de ganancia sumamente diversas según los diversos volúmenes del capital constante c y, por ende, del capital global C , puesto que la tasa de la ganancia g'

$$g' = pv/C = pv/(c+v),$$

El capital global C es igual al capital constante más el capital variable, es decir, lo que se compró en maquinaria y equipo y lo que se paga en salarios, esto es,

$$C = c + v$$

Siendo la tasa de plusvalor del 100 %, entonces:

$$\text{Si } c = 50, v = 100, \text{ entonces } g' = 100/(50+100) = 100/150 = 66 \frac{2}{3} \%$$

$$\text{Si } c = 100, v = 100, \text{ entonces } g' = 100/200 = 50 \%$$

$$\text{Si } c = 200, v = 100, \text{ entonces } g' = 100/300 = 33 \frac{1}{3} \%$$

$$\text{Si } c = 300, v = 100, \text{ entonces } g' = 100/400 = 25 \%$$

$$\text{Si } c = 400, v = 100, \text{ entonces } g' = 100/500 = 20 \%$$

(Carlos Marx, *El Capital*, T-III, Vol. 6, Editorial Sigo XXI, México, 1984 págs. 269-270)

desempleo y el subempleo en la ciudad y en el campo, y tiene su origen en la naturaleza del sistema económico y en el soporte que a este sistema dan las políticas públicas del Estado. Llama la atención por su dimensión material en la metrópoli y en la vida urbana, como es el caso de la ciudad de México, particularmente por la incesante autoconstrucción de la vivienda en forma aglomerada, tanto en la periferia como en determinadas zonas al interior de la ciudad.

La imagen urbana y expresión territorial de la superpoblación relativa, del desempleo y subempleo, es la desigualdad urbana y social en la ciudad manifestada en la geografía metropolitana. Es notoria una de las dimensiones materiales de la superpoblación relativa en la metrópoli y la vida urbana de la ciudad de México, particularmente la que se expresa con la incesante autoconstrucción de la vivienda en forma aglomerada, tanto en la periferia como en determinadas zonas al interior de la ciudad. Una cantidad considerable de viviendas fueron construidas de manera irregular y con determinadas limitaciones en los espacios habitables.

Emerge entonces el hacinamiento y agravamiento del problema de la vivienda fuera del ordenamiento urbano que dictan las políticas públicas y con esa superpoblación y/u hombre superfluo aparecen contradicciones sumamente complejas como el paisaje urbano mismo que es su expresión material. Invita a la reflexión la forma como aparece la superpoblación relativa en la vida urbana y de donde surge, de tal manera, su expresión en la ciudad, materializada por su parcelación físico espacial. Es luego, un resultado más de la ley de la baja tendencial de la tasa de ganancia y el trabajo enajenado en la vida urbana en el marco de políticas públicas laxas ante la embestida del capital, de tal forma que de ello se deriva la configuración de la ciudad.

La crisis del trabajo que es la misma del sistema es también de la ciudad, pues ésta adquiere una configuración contradictoria y enajenada como el mismo trabajo, característica que deja de ser propia para quien la construye, para entregarla en propiedad a otro que no es el constructor, esto es, ni siquiera para la misión y función urbana de la ciudad. Pero de la superpoblación relativa que surge del sistema aparece también varios aspectos de la metrópoli: la descomposición social de donde se nutre la violencia urbana en distintas modalidades y la imagen urbana fragmentada socialmente. Es luego el impacto en la metrópoli de la ley de la baja tendencial de la ganancia. Un entorno caracterizado por un incesante antagonismo que proviene del deterioro de las condiciones de vida de la población.

En ese ámbito de desempleo y empobrecimiento de vastos sectores de la población aparece la violencia, en los últimos años, en los espacios urbanos de numerosas ciudades del país, con niveles cada vez más elevados que no tienen precedentes. El ambiente

sociourbano de la metrópoli o en localidades medias y pequeñas dista mucho de una década a otra; dejaron atrás los períodos políticos sexenales, aunque se agudiza como años de mayor expresión social en todos los órdenes. Por la magnitud de los últimos lustros, semeja a la ocurrida hace un siglo durante la Revolución Mexicana, pero por motivos distintos. Ambos han tenido en común modelos de desarrollo agotados; uno sobre la base de la economía agraria y el actual está relacionado con los profundos desequilibrios de la economía neoliberal en el ámbito de la globalización, pues los denominados países centrales como lo periféricos padecen las mutabilidades del trabajo. Este es el eje de la crisis. Esas crisis se han expresado en los espacios rurales el primero y urbanos en el segundo.

Convoca a reflexión la preocupante descomposición social que sustenta la violencia generada, debido al incesante desempleo y subempleo, cada vez mayor, de la crisis de los últimos años. La expresión del desempleo y subempleo en los espacios urbanos se muestra en la territorialidad de la imagen de la ciudad y/o de la metrópoli y en la crisis del sistema económico de donde surgen todas las dificultades y específicamente la violencia urbana.

Las vastas desigualdades urbanas que observamos a diario y en la configuración de las ciudades, que no son más que las desigualdades sociales estudiadas con empeño desde mediados del siglo pasado, han sido objeto de análisis de la sociología urbana y de ramas del conocimiento afines al urbanismo y a la arquitectura.

El cuestionamiento de la ciudad se inicia por el análisis de las condiciones de vida contemporánea después de dos siglos, a partir de la industrialización y la urbanización caracterizados por las leyes del mercado y con ellas la competencia.

El urbanismo tiene como fundamento la disposición y adjudicación territorial de los asentamientos humanos y parte necesariamente del hecho de la propiedad privada. El proceso material de ordenamiento y/o regulación del espacio urbano no lo explica, pero basado en el funcionalismo, lo presenta con normatividades y disposiciones legales. El trabajo es el atributo característico y único de la riqueza generada hasta nuestros días, pero en el período contemporáneo, lo generado fue inequitativamente distribuido.

Existen numerosas interpretaciones de la violencia urbana y/o violencia en el espacio público. Pocas o aún no encontradas en los trabajos de investigación en proceso por quienes exponemos ahora, se refieren a la Ley de la Baja Tendencial de la Tasa de Ganancia del Capital del sistema imperante en la actualidad. A esta Ley acudimos para tratar de explicar algunas de las raíces de origen de la violencia urbana en los espacios públicos y cerrados de la ciudad.

La crisis del sistema capitalista es la que surge con la sobreproducción de mercancías que no encuentran salida en el mercado dada la caída de la demanda, esto es, debido a la baja capacidad de compra de la población en general. Los stocks en almacenes aumentan y se produce el paro técnico⁹ decretado por la empresa y con ello el recorte de trabajadores y/o despido de ellos. La competencia del mercado obliga a la adquisición de nuevas tecnologías basada en el uso de mayores bienes de capital y la disminución del capital variable o menos trabajadores. La sobreproducción de mercancías incluye la mercancía de la fuerza de trabajo, esto es el desempleo. Con esa composición orgánica del capital basado en el menor uso del capital humano surge la Baja Tendencial de la Ganancia del capital, que para el sistema imperante es una Ley natural, fenómeno que caracteriza la crisis del sistema. Sin embargo, el capital utiliza determinadas medidas que contrarresta los efectos de la mencionada Ley, actos que permiten continuar mediante nuevas formas de acumulación del capital. En el marco de estas acciones de sobreproducción y desempleo aparece la descomposición social y con ello la violencia.

¿CÓMO SE EXPRESA LA LEY DE LA BAJA TENDENCIAL DE LA TASA DE GANANCIA EN LA CIUDAD?

La ciudad se rige por la Ley de la Oferta y la Demanda, sustentada en el Estado de Derecho, que tiene como propósito preservar el orden establecido del sistema. Entre la Ley de la Baja Tendencial de la Tasa de Ganancia en la ciudad y el trabajo enajenado se puede explicar el fenómeno de las formas de urbanización de la ciudad.

9. Todo parece indicar que el paro técnico lo resuelven con la fusión de empresas, bien de casas comerciales, organismos bancarios, casas editoriales, etc., con los consecuentes usos de nuevas tecnologías (que engrosan el capital constante) y vastos recortes de personal

TASA DE GANANCIA EN EEUU 1929 A 2005



Fuente: Es la tasa de ganancia, estripidos, Grupo de Propaganda Marxista, Internet, sobre datos proporcionados por el Buro de Analisis Economico del Departamento de Comercio del Gobierno de los Estados Unidos

Fuente: http://www.google.es/imgres?q=ley+de+la+tendencia+decreciente+de+la+tasa+de+ganancia&hl=es&sa=N&biw=1349&bih=592&tbnid=IVFNjcl7XGVHGM:&imgrefurl=http://www.argenpress.info/2010_12_13_archive.html&docid=hiOgYHwzBpNdIM&imgurl=http://www.divshare.com/img/13497768-9cb.jpg&w=400&h=322&ei=7nRbUNvqJuXY2AWMioDgCQ&zoom=1&iact=rc&dur=595&sig=115712700091256610702&page=1&tbnh=125&tbnw=155&start=0&ndsp=21&ved=1t:429,r:2,s:0,i:77&tx=69&ty=79

La llamada “ley de la **tendencia** decreciente de la **tasa** de **ganancia**”

TASA DE GANANCIA EN EEUU 1929 A 2005



Fuente: Es la tasa de ganancia, estripidos, Grupo de Propaganda Marxista, Internet, sobre datos proporcionados por el Buro de Analisis Economico del Departamento de Comercio del Gobierno de los Estados Unidos

Fuente: <http://www.google.es/imgres?q=ley+de+la+tendencia+decreciente+de+la+tasa+de+ganancia&hl=es&sa=N&biw=1349&bih=592&tbnid=ZXpjiBT2a0d4AM:&imgrefurl=http://www.pts.org.ar/spip.php%3Farticle7686&docid=sN-604PchBMMwM&imgurl=http://www.pts.org.ar/IMG/jpg/grafico1.jpg&w=500&h=306&ei=7nRbUNvqJuXY2AWMioDgCQ&zoom=1&iact=rc&dur=423&sig=115712700091256610702&page=1&tbnh=125&tbnw=191&start=0&ndsp=21&ved=1t:429,r:0,s:0,i:71&tx=101&ty=82>

LA AUSENCIA DE LA DISCIPLINA DEL CONOCIMIENTO DE LA ECONOMÍA POLÍTICA EN LA ACADEMIA NO COADYUVA A SUPERAR LA CRISIS DEL CAPITALISMO

Son vastos los ejemplos de confrontación de diversos sectores sociales con la administración pública en la implementación de los proyectos de inversión de infraestructura para la actividad productiva bien del sector federal y/o estatal y la inversión privada. Surge un ambiente socio-regional y socio urbano opositor a las acciones públicas de inversión que muestran el desconocimiento de las demandas sociales por las autoridades gubernamentales de los diversos niveles de gobierno. Sucede en regiones específicas del país como en el medio urbano.

Con frecuencia se presentan oposiciones a los trazos de vías alternas en la ciudad como de edificaciones del sector servicios que irrumpen en el espacio urbano. Si bien la ciudad es el lugar del capital, de las condiciones generales del proceso productivo del capitalismo, soslayan en el ámbito académico esas funciones en el desenvolvimiento de la economía, de la economía política.

El objeto de estudio de la ciudad, esto es, la construcción del espacio ciudadano, sus diversas parcelaciones y de quienes las construyeron, aparece además las cuestiones: porqué la construyeron, cómo la construyeron, y en su desenvolvimiento, quienes son los beneficiarios, los no beneficiarios y cuáles son las condiciones de existencia social, esto es, su medio ambiente sociourbano, es decir, el ambiente sociourbano.

El tema de la ciudad ha sido abordado conceptualmente desde sus orígenes, sus periodos históricos en lo social, lo cultural, las estructuras económicas que lo sustentan a la par con las superestructura política e ideológica sin las cuales no existiría todo el espacio urbano bien o mal organizado u ordenado. Pero la construcción de la ciudad solo pudo realizarse con la construcción del ambiente que le dio vida para su existencia, la construcción de las condiciones generales para la producción del espacio tanto como la producción social en paralelo con la construcción de la historia de la propia ciudad como de los sectores y clases sociales

La producción del espacio sólo puede ser resultado de concebir socialmente la construcción de la historia. Su origen es resultado del hombre que confecciona sus propios medios de producción, la cultura y las condiciones de vida. Con ello se inicia la protohistoria. Es la transformación del medio natural a la creación antropogénica en donde el hombre se desenvuelve y crea condiciones para sus relaciones sociales de existencia. Ese ambiente y/o condiciones de vida sólo se da en un espacio contradictorio entre los seres sociales y entre estos con la naturaleza, pues de ella surgió el hombre. Emerge luego el espacio de procesos productivos, históricamente en ascenso, en entornos de clases sociales de

unidad y lucha de contrarios, promotora del desarrollo de la sociedad en su conjunto hasta nuestros días.

En otro contexto de índole regional, va en aumento determinada oposición social a los proyectos de inversión de infraestructura algunos y productiva otros que muestran la desatención de conocer la realidad del país. Es el caso antes mencionado, líneas arriba, de los sucesos de la Rivera Nayarit en México, brotan de manera preocupante la brecha existente de los profesionales egresados de instituciones de educación superior con la realidad a la que se van a enfrentar. Desconocen la formación social con la que van a participar y sus propuestas se van al vacío en detrimento de posibles proyectos que atenderían demandas sociales no resueltas a la fecha. Quizá es por la intuición popular que los proyectos para los capitalistas en nada les beneficia. El suceso de esta zona del país mostró la existencia de un vasto número de desconocimiento profesional de la enseñanza relacionado con la Economía Política.

Por otro lado, se reafirma cómo la enajenación del trabajo y la tendencia decreciente de la tasa de ganancia serían los puntos principales de partida para entender la aparición de la superpoblación relativa, esto es, la debilidad del trabajo y/o el “hombre superfluo” (el trabajador desocupado) ante el capital. Surge el sometimiento y pérdida de pertenencia y/o identidad como ser productivo, aparece luego el desenlace de su suerte con el desempleo y/o subempleo. Ello impacta necesariamente en la configuración urbana de la ciudad, las extensas áreas de marginación de la ciudad en el ambiente sociourbano de la metrópoli y en la estela geográfica de la vivienda subalterna como socialmente lo es la clase social desposeída metropolitana por el capital. Esto es, con la aparición de la superpoblación relativa emergen los cinturones de miseria de la vivienda, incluso en el interior de la ciudad como “islas” o “guetos” y tugurio de viviendas. Lo que antaño se consideró a la ciudad como los espacios de libertad en el capitalismo comercial, décadas después con la industrialización, se convirtió en la “libertad” para su marginación y explotación. Así, la “libertad” que suponía habría en la ciudad del capital se tradujo en la libertad para ingresar en la miseria aunado con su familia en la etapa posindustrial y en seguida, como hechos recientes, con mayores consecuencias, en la flamante “era” de la información.

La desventaja del capital variable en el marco de la composición orgánica del capital, esto es, su dependencia del capital constante está determinado por la forma como participa el trabajo en el proceso productivo. El producto del trabajador, esto es el que resulta de la fuerza de trabajo como mercancía, del trabajo, es su separación del productor al entregar el fruto de su faena al capital mediante el mercado.

Los sectores y clases sociales que irrumpen de la superpoblación relativa, como son los desempleados y los subempleados, se manifiestan cada vez más en los espacios públicos de la ciudad, particularmente en el Centro Histórico. Son poblaciones “superfluas” del propio sistema, resultado de la baja tendencial de la tasa de ganancia, una de las leyes fundamentales de la economía capitalista. El suceso económico del modo de producción actual trae como resultado un fenómeno ambiental sociourbano cuya expresión social y política más sobresaliente en las últimas décadas, son las manifestaciones públicas en las zonas históricas patrimoniales y culturales como sucede en el Centro Histórico de la ciudad de México.



Manifestación en la Av. Juárez que parten del Monumento a la Revolución. Década de los ocheta y noventa. Cortesía del periódico *Excelsior* para tesis de grado del autor

En otro aspecto del conocimiento de los sucesos ciudadanos, como es el Centro Histórico, es espacio central de la metrópoli, donde se asienta la mayor parte de su pasado y presente cultural, social, político y económico, da numerosas muestras testimoniales de anteriores formas de organización social y productivas, así como el ámbito cultural que existió, y que en la actualidad expresa no sólo la ideología dominante sino también las contradicciones y los problemas contemporáneos. El carácter de “actor” del Centro Histórico como territorio principal que resultó de la conjunción de lo urbano-arquitectónico con los diferentes sectores sociales que ahí acuden y se manifiestan, tanto de la metrópoli como del resto del país, protagoniza también el impacto de la baja tendencial de la tasa de

ganancia mediante la superpoblación relativa que una y otra vez se expresa en el Centro Histórico de la ciudad de México.

El Centro Histórico y el sistema ambiental sociourbano ahí creado, dan cuenta del juicio que en el lugar la sociedad expresa y del protagonismo que adquirió desde el último tercio del siglo XX, particularmente de las últimas décadas y las que van del presente siglo XXI. La propia existencia de este espacio central de la ciudad le permitió ser el testimonio histórico, así como de las transformaciones que ocurren en la sociedad y en el Estado. El Centro Histórico no es independiente de la sociedad, es el espacio-ambiente de la sociedad misma y es su expresión y dimensión material histórica. Protagoniza (metafóricamente sea dicho) el proceso histórico en el ámbito territorial que le corresponde y como espacio urbano, lo es con la sociedad y/o lo que el Estado le asigne. El urbanismo no es la meta última de la realidad citadina del Centro Histórico; es sólo un medio para el ordenamiento y la existencia social en ese espacio de la ciudad, cuya disciplina del conocimiento fue superada por la compleja realidad.

Los desafíos ambientales sociourbano que trae consigo la tendencia a la baja de la tasa de ganancia durante el último tercio del siglo XX y lo que va del presente, se presentan como las necesarias transformaciones notables realizadas en el entorno urbano patrimonial histórico, debido a la participación de la embrionaria sociedad civil, exponente activo, al darle vida renovada al sitio histórico urbano-arquitectónico más allá de la que proporciona la actividad terciaria de la economía en el lugar y del sector social que ahí se aloja. Así mismo, el espacio urbano patrimonial histórico, escenario con referencias de identidad nacional, ha propiciado la consolidación de la vida cívica contestataria que aparece en el marco de las crisis económica, social y política en las últimas décadas. Por otro lado, y como respuesta de legitimación de las instancias del Estado ante el avance de la sociedad civil en consolidación, la administración gubernamental ha destinado considerables recursos en el remozamiento de los espacios urbanos patrimoniales urbano-arquitectónico, la vialidad, el transporte y demás servicios públicos de la zona centro y la ciudad metropolitana.

A MANERA DE CONCLUSIÓN

La ausencia de explicar conceptualmente el ambiente socio-urbano, y en si del medio ambiente, tanto como la omisión de la teoría sociológica y la visión de la economía política, dificulta comprender el fenómeno de las condiciones generales del proceso productivo en constante crisis al igual que la crisis en el papel de la enseñanza en el cambio de la sociedad. Ello puede explicar también que la crisis del ambiente socio-urbano es el fundamento de todas las crisis de las condiciones generales de la producción. La omisión

del estudio del ambiente socio-urbano del medio ambiente como disciplina no se contempla desde la perspectiva de la economía política. Apenas se delinear algunos aspectos para su análisis. Los problemas medioambientales han sido expuestos de manera vasta como la depredación del medio natural, esto es, la pérdida de bosques, las diversas especies de la flora, tanto como la extinción de numerosas especies de la fauna.

Los retos de la sustentabilidad van aunados a las concepciones teóricas conceptuales del ambientalismo y su espacio indicado de la academia donde se extiende de manera amplia las leyes y categorías de estudio que inciden en las determinaciones socio-territoriales de la sustentabilidad. El estudio de la naturaleza como medio físico de análisis tanto como de la naturaleza humana plantea la alternativa que requiere la sostenibilidad social, política y cultural de la sociedad.

REFERENCIAS

Cantú Chapa Rubén, *Centro Histórico, ciudad de México, medio ambiente sociourbano*, Plaza y Valdés, México, 2000


_____ Revista "Mundo Siglo XXI", May – Agosto, 2013, CIECAS-IPN, ISSN 1870-2872, Núm. 29, Vol. VIII, 2013, pp. 85-99


Carlos Marx, *Contribución a la crítica de la economía política*, Ediciones de cultura popular, 5ª edición, México


_____ *El Capital*, T-III, Vol. 6, Editorial Sigo XXI, México, 1984, p. 302.


Viviane Forrester, *El horror económico*, 10ª impresión, Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires, 1997, p. 19.

En web: <http://rivieranayaritone.blogspot.mx/2017/07/conflictos-sociales-amenazan-proyectos.html>

www.atenaeditora.com.br 


contato@atenaeditora.com.br 


[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 


www.facebook.com/atenaeditora.com.br 




LAS DETERMINACIONES TERRITORIALES
Y EL DISCURSO DE LA
“SUSTENTABILIDAD”

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



LAS DETERMINACIONES TERRITORIALES
Y EL DISCURSO DE LA
“SUSTENTABILIDAD”